

Professor e economista Ladislau Dowbor analisa a ação da ciência e da tecnologia no cenário político-social brasileiro

Por Isabela Cagliari e Rafaela Oliveira

Entrevista realizada em 7 de outubro de 2021

Ladislau Dowbor nasceu em 1941, na cidade de Banyoles, localizada na fronteira entre a França e a Espanha. Veio para o Brasil com a sua família em fuga da Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Professor de economia, é formado na Suíça com mestrado e doutorado na Polônia. Atualmente, é professor titular de Economia e Administração na Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), além de ser consultor das Nações Unidas e conselheiro de diversos institutos. É autor e coautor de mais de 40 livros, dentre eles, *A era do capital improdutivo: a nova arquitetura do poder, dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta* e *O capitalismo se descola: novas arquiteturas sociais*, mencionados pelo economista na conversa transcrita abaixo.

Durante pouco mais de 1 hora, Dowbor falou sobre o conceito de capital improdutivo, defendeu o livre acesso ao conhecimento e o direito aos bens comuns, discutiu o sistema imaterial do dinheiro, a desigualdade existente no Brasil e a falta de organização político-social que resulta na atual convergência de crises. Além disso, destacou a influência das grandes corporações na economia, listou propostas para o resgate do uso produtivo dos recursos financeiros e para a superação do neoliberalismo. Abordou o endividamento em massa no País, opinou sobre sustentabilidade e mostrou que, se usadas sabiamente, a ciência e a tecnologia podem contribuir para um expressivo avanço na produtividade brasileira. Confira, abaixo, a entrevista completa com o professor e economista Ladislau Dowbor.



Professor e economista Ladislau Dowbor concede entrevista a estudantes de Jornalismo da PUC-SP e disserta sobre os dilemas do capital improdutivo. | Foto: Arquivo pessoal.

Qual é a definição de capital improdutivo e, no Brasil, como isso funciona?

Nós somos um País, entre os mais desiguais do mundo. É uma deformação estrutural e, seguramente, o nosso principal desafio. Eu pego a edição da *Forbes Brasil* e, na capa: “315 Bilionários Brasileiros” [mostra a revista]. Os bilionários adoram aparecer nas fotos da *Forbes*, estão todos sorridentes aqui [mostra página com imagem dos bilionários sorrindo]. Um bilionário que tem 1 ‘bilhãozinho’ só, se ele faz uma aplicação de 5% ao ano, que é modesto, uma aplicação financeira no banco, sabe quanto ele está ganhando, com 1 ‘bilhãozinho’ só? Está ganhando 137 mil por dia. No outro dia, ele está ganhando sobre 1 bilhão mais 130 mil. É a chamada “bola de neve”. Fazer aplicação financeira hoje rende muito mais do que produzir. Toda essa gente, esses sorridentes bilionários [volta a mostrar a imagem na revista *Forbes*], você conta nos dedos alguém que produz alguma coisa. O Grupo

Lemann tem uma fortuna de R\$ 210 bilhões. Está entendendo o que é a desigualdade? Esse é o problema central. É diferente do capitalismo que a gente vivia, porque um produtor de sapato, para produzir sapato, ia explorar os trabalhadores para enriquecer, mas pelo menos ele tem que gerar emprego. E ele tem que produzir sapato, porque ele tem que ter dinheiro, ou seja, ele gera emprego, o que é bom, ele produz sapato e o consumo desses sapatos e o processo produtivo deles vão gerar impostos para o Estado. Ou seja, havia um capitalismo que funcionava, que era baseado em um processo que a gente chama de reprodução do capital, processo produtivo que gerava emprego, produto e imposto. Com o imposto, o Estado consegue financiar infraestruturas, saúde, educação e outras coisas que a gente precisa. A roda girava. Hoje em dia, basicamente, essas pessoas são banqueiros, donos de ações, não são produtores de coisa nenhuma, eles apenas extraem. Internacionalmente isso se chama capital extrativo, mas eu chamo de capital improdutivo. O essencial é que, hoje, a nossa economia está paralisada - é o oitavo ano em que estamos parados. Mas o Banco Itaú, por exemplo, aumentou os seus lucros, que já eram imensos, em 120% nos últimos 12 meses. Uma economia que cresce 3% já é uma maravilha. Eles crescem 120%. Produz alguma coisa? Não produz nada. Essencialmente, eles extraem dinheiro através de lucros. O Santander aumentou os seus lucros em 102%, em 12 meses. Ou seja, é o capital improdutivo, que se acumula e, em grande parte, é repassado para paraísos fiscais, portanto não paga imposto, não gera atividades e é por isso que o Brasil está se desindustrializando. Esse é o eixo do capital improdutivo. É uma outra forma de os mais ricos se apropriarem dos recursos que são produzidos pela sociedade.

A partir dessa definição, como a ciência e a tecnologia podem contribuir para o capital improdutivo? Isso acontece?

Acontece de maneira radical, porque nós conhecemos o dinheiro como

aquela coisa impressa, 20 reais, 10 reais. Eu, na minha idade, ainda uso. Mas agora, dinheiro impresso pelo governo, no mundo, representa apenas 3% da liquidez; os outros 97% são sinais magnéticos emitidos pelos bancos, inclusive pelos bancos privados. Isso permite que o dinheiro circule, ao invés de em malas - ou no Brasil como era moda, em cuecas -, circula simplesmente ao apertarmos a tecla *enter*. Assim, é gerado um sistema em que o dinheiro circula no planeta na velocidade da luz, basicamente nas ondas eletromagnéticas. O dinheiro é imaterial, enquanto que os governos são nacionais e praticamente não controlam as coisas. Isso permite, por exemplo, que cerca de 60% do dinheiro que as empresas americanas ganham no resto do mundo, não vá para o país deles, vá para paraísos fiscais, onde não se paga imposto, possibilitando outras aplicações, como financiamento do comércio de armas, que é muito lucrativo, aplicações de mercados futuros e diversos outros processos.

De certa maneira, as tecnologias transformaram e dissociaram a atividade produtiva da apropriação financeira. Então, gerou-se um sistema de dreno de riqueza e isso foi o que causou a imensa popularidade do Thomas Piketty, que vendeu milhões de livros e convenceu o mundo de que, se você produzir, vai ter lucros de 5%, 6%, 8%, se você é bem-sucedido, produzir coisas, bens e serviços. Ao fazer aplicações financeiras, com as mãos nos bolsos a pessoa está ganhando entre 7% e 9% ao ano. Não quando a pessoa tem uma merreca de dinheiro como nós, mas quando ela tem dinheiro mesmo. O dinheiro vai para onde ele rende mais e, como ele rende mais sem precisar produzir, existe uma esterilização das poupanças, um empobrecimento das populações, porque esse dinheiro tem que sair de algum lugar. Nós temos no Brasil 62 milhões de pessoas que estão enforcadas em dívidas, 25% delas estão em bancarrota pessoal, porque nós pagamos juros que no resto do mundo são considerados agiotagem. Assim, esse sistema empobrece as famílias, trava a capacidade de funcionamento das empresas e, as mesmas tecnologias que deveriam nos permitir um avanço impressionante de produtividade, nos barram. Veja

a China, que dobra a sua economia a cada ano, porque orienta os recursos para investimentos produtivos. No nosso caso, o resultado é a desindustrialização e, em grande parte do mundo, a estagnação econômica.

Pensando no que houve nesta semana, quando WhatsApp, Instagram e Facebook, que fazem parte do oligopólio de Mark Zuckerberg, caíram por 7 horas, trazendo prejuízos tanto para o seu fundador como para a população - que acaba sendo refém dessas redes -, e relacionando com o documentário *The Corporation (2003)*, existe alguma forma de acabar ou mesmo diminuir essa concentração de poder dos chamados mercados? Se sim, de que maneira isso poderia acontecer?

Primeiro, a relação entre as corporações privadas, que a gente chama de mercado, não funcionam mais com mecanismos de mercados, funcionam por negociações e acordos. Mas eles são poderosos. Para ter uma ideia, o PIB dos Estados Unidos é 21,5 trilhões de dólares. É gigante. Agora, eu pego três empresas que administram dinheiro: BlackRock, Vanguard e State Street. Os ativos delas são de 19,5 trilhões de dólares. Três empresas privadas têm ativos no volume equivalente ao PIB dos Estados Unidos e manejam cerca de quatro vezes e meio o orçamento do presidente Biden para o país. E visto que elas manejam o dinheiro, através do dinheiro elas manejam o acesso a tudo. O dinheiro é apenas sinal magnético, mas quem controla ele é quem controla se tem ou não tem dinheiro para estradas, para educação, para isso e para aquilo. Dinheiro é poder. Então, quando, por exemplo, os bancos montaram aquela crise planetária de 2007/2008, que quebrou o Lehman Brothers, foi irresponsabilidade deles, por enriquecerem muito mais do que a base de riqueza permitia. O que o governo americano fez? Colocou trilhões de dólares dos recursos públicos, dos impostos que, em vez de irem para a Educação, Saúde etc. foram para os bancos, para compensar o buraco que eles

abriram. No nosso caso, nós temos um governo que resolveu a coisa de maneira muito prática. Temos banqueiros no Banco Central, temos banqueiros na economia. Paulo Guedes é cofundador do BTG Pactual, que tem mais de uma centena de filiais em paraísos fiscais. Simplesmente, eles estão drenando a economia de maneira organizada. E isso tem efeitos muito práticos; por exemplo, na semana passada, o pessoal do Movimento da Educação apresentou um projeto que visava assegurar o acesso à Internet para escolas públicas. O valor destinado seria de R\$ 3,5 bilhões - uma merreca. Eu vi na televisão o Paulo Guedes dizendo que seria um crime de responsabilidade. “Eu não posso aceitar porque não tem dinheiro”, ele afirmou. Guedes quer se apresentar como defensor das contas públicas, mas é mentira porque o projeto foi junto com as fontes, que eram do Fust, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Mas, para ele, passar centenas de bilhões para os bancos, tudo bem. Ele ter 50 milhões em paraísos fiscais, tudo bem, também. Agora, R\$ 3,5 bilhões, que seriam para assegurar que a molecada tenha acesso à Internet, não está tudo bem. Você está entendendo o impacto futuro da garotada que não tem acesso à Internet e à Educação minimamente decente? Quer dizer, o controle do sistema financeiro em cima dos governos acontece nos mais diversos países, mas no Brasil é mais grotesco. Nos meus livros *A era do capital improdutivo* e também no *O capitalismo se desloca*, que é um livro que ajuda a entender a ação dessas novas tecnologias e a economia do conhecimento, eu trago uma tabela que o Wolfgang Streeck apresenta. O Streeck escreve uma coisa simples: não é o fim do capitalismo, mas é o fim do capitalismo democrático. Se você tem controle financeiro em cima de quem a gente elege, então para que eleger?

Então, como o fato de ficarmos reféns dessas grandes corporações acaba exercendo impacto na economia? Será que esse é o futuro neoliberal que espera a humanidade?

O impacto acontece em diversos níveis. No plano internacional, a gente está trabalhando com o que chamamos de “convergência de crises”. Porque, por exemplo, os governos não conseguem limitar os subsídios às empresas petrolíferas, que impactam diretamente na crise climática. Os governos não conseguem impedir, por exemplo, a queima da Amazônia, a destruição dos solos, do planeta e coisas do gênero. Por quê? Porque é de interesse dos grandes grupos, em particular dos *tradings de commodities* - grupos internacionais que ganham com grãos, minerais metálicos e não-metálicos, gás e petróleo. O sangue da economia mundial passa pelas mãos de 16 grupos. Os governos têm imensas dificuldades em enfrentar esse tipo de poder. Então, há destruição climática, da biodiversidade, das florestas e a contaminação generalizada da água. Há plásticos por todo o planeta, os mares estão sendo sujados, ninguém segura esses grupos. Esse é o impacto do lado ambiental. O outro impacto é do lado social, porque, visto que eles geram uma imensa apropriação de recursos por grupos muito pequenos, a massa da população se vê reduzida, como no Brasil, por exemplo, à fome. Aqui no Brasil, 19 milhões de pessoas passam fome e 25% delas são crianças. Sabe o que é uma criança passando fome? Sabe o que é uma mãe vendo uma criança passando fome? A fome infantil gera problemas permanentes na vida. Para mim, é crime o que estão fazendo. É um crime de responsabilidade o governo não responder a isso. Agora, isentaram de impostos a exportação de grãos, minérios e todas as exportações primárias. É o único setor que funciona no Brasil. A gente exporta alimentos e, enquanto isso, temos 19 milhões de pessoas com fome direto e 116 milhões que ora tem, ora não tem comida. Então, os impactos ambientais e os impactos sociais estão ligados ao caos financeiro. Além disso, os grandes grupos financeiros estão ligados às grandes empresas de comunicação. O livro de Manuel Castells, *Communication power*¹, ajuda a entender como isso está estruturado. Eu lembro que, alguns dias

¹ O original, *Comunicación y Poder*, é da Alianza Editorial, 2009. Tradução brasileira: *O Poder da Comunicação*, Paz e Terra, 2015 (reedições entre 2016 e 2018, pelo menos). Inserir referência à tradução brasileira.

atrás, quando saíram os dados dos Pandora Papers²sobre os paraísos fiscais, uma das perguntas que me fizeram em uma entrevista foi: “Mas por que os jornais brasileiros estão tão quietos sobre isso?” Eu respondi: “Porque saíram agora os nomes dos magnatas da imprensa brasileira que também estão nesses paraísos fiscais. Então, eles estão dizendo que isso não é ilegal.” O ministro da economia esconde o seu dinheiro sob nome fictício nas Ilhas Virgens britânicas e diz para a população que nós temos que ter confiança na nossa economia. Mas ele pega o dinheiro dele, por via das dúvidas, e coloca em paraíso fiscal. O presidente do Banco Central, que tem que regular o sistema financeiro do País, é outro que está com dinheiro lá fora, em paraíso fiscal. Na realidade, esse processo gera uma convergência de crises: a crise ambiental e a crise social, que são os dois grandes dramas. Nós estamos destruindo o planeta por interesse de uma minoria. E isso simplesmente não funciona para a população, gera o caos financeiro e gera situações críticas em termos políticos, porque a massa da população que está no desespero vota em qualquer demagogo que fala em ódio, não precisa apresentar projetos. É assim com Trump, é assim com Bolsonaro, com Duterte nas Filipinas, com o governo da Turquia e por aí vai. Ou seja, eles deformam o conjunto de um sistema.

Em um dos trechos do livro *A era do capital improdutivo*, o senhor afirma que “o chamado neoliberalismo já não cabe no mundo contemporâneo” e que “o mundo precisa reinventar os seus caminhos”. Pensando nisso, o senhor listou algumas propostas para o resgate organizado do uso produtivo dos nossos recursos financeiros. Como o livro foi escrito em 2017, o professor ainda

2 Pandora Papers é o nome como ficou conhecido o vazamento de mais de 11,9 milhões de documentos confidenciais que jogou luz sobre as fortunas secretas de algumas das pessoas mais influentes e conhecidas do mundo. Os Pandora Papers são frutos da maior colaboração jornalística da história. A investigação abriu as portas para a indústria offshore, um mundo de empresas de fachada, beneficiários ocultos e escritórios de advocacia poderosos.

concorda com aquelas hipóteses, mudaria ou acrescentaria alguma sugestão? E como a tecnologia poderia ajudar nesse caminho para superar o neoliberalismo?

Bom, um livro de 2017, que trata sobre as dimensões estruturais, daqui a dez anos continua plenamente atual. Isso é importante, porque o livro toca a dimensão estrutural do processo. No entanto, as mudanças são lentas. O neoliberalismo gerou a catástrofe ambiental, a catástrofe social, a desagregação das democracias - a partir de um certo grau de desigualdade, não há mais democracia. Existe o caos financeiro e, em cima de tudo isso, a pandemia. Os livros que eu recebo (eu sou aposentado pelas Nações Unidas, mas continuo a receber material), por exemplo, Joseph Stiglitz, que ganhou o Nobel de Economia, escreveu o livro *Novas regras para o século 21*. Por que novas regras? Porque você tem que inventar novas regras, já que o neoliberalismo simplesmente não funciona. Por exemplo, o editorial do *Financial Times*, de 3 de abril do ano passado, diz: “Reformas radicais: invertendo a posição política predominante das últimas quatro décadas.” As últimas quatro décadas, de 1980 para cá, é neoliberalismo. Portanto, escrevem que “Reformas radicais precisarão ser colocadas sobre a mesa”. Reformas radicais? Radicalismo no *Financial Times*? E continua: “Os governos terão que aceitar um papel mais ativo na economia.” E aqui nós temos o Guedes que está repetindo coisas dos anos 80. Seguindo: “Eles devem ver os serviços públicos como investimentos.” Aqui chamam os serviços públicos como gastos. Isso é investimento. E pasme: “As políticas, até recentemente, consideradas excêntricas, como renda básica e imposto sobre riqueza, terão que estar presentes na composição.” O que é renda básica? É a renda básica universal, assegurar que tenha renda básica para todo mundo. É simples, é essencial. Nós vimos o Bolsa Família funcionar e precisamos generalizar isso, porque funciona e não é um custo, porque gera mais demanda na economia, o que a agiliza e, assim, o dinheiro retorna. O imposto sobre a riqueza, que eles falam, é o imposto sobre as fortunas, que no Brasil eles dizem:

“Meu Deus, imposto sobre as fortunas!” Sabe o que é? Esses sorridentes bilionários não pagam impostos. Desde 1995, lucros e dividendos distribuídos não pagam imposto no Brasil. Eu pago 27,5%. Mas o interessante é que, no mesmo estudo, eles dizem que a Universidade de preferência para os filhos deles é a UFRJ. Portanto, gostam de estudar de graça, com o dinheiro dos meus impostos. Esse é o nível que a gente atingiu.

Outro trecho do seu livro diz assim: "*As novas tecnologias, ao permitir que as corporações financeiras acompanhem em detalhe o nosso dinheiro imaterial, a nossa conta ou a nossa dívida, por meio de algoritmos que facilitam o tratamento em massa, geram uma nova realidade tanto nacional como mundial. O nosso direito aos bens e serviços da sociedade depende dos sinais magnéticos inscritos nos computadores dos bancos e no cartão no nosso bolso. Gostemos ou não, estamos dentro do sistema.*" Dentro desse contexto, para o professor, a tecnologia atua de maneira mais positiva ou negativa?

Nós temos tecnologias que geram impactos extremamente negativos e, ao mesmo tempo, essas mesmas tecnologias geram potenciais absolutamente fantásticos. Isso se chama “a sociedade com custo marginal zero”. O título pode ser meio crítico, é do Jeremy Rifkin, mas qual é a ideia? Se eu te passo o meu relógio, eu deixo de tê-lo. Isso é do século passado e é chamado de bem rival. Ou eu tenho ou você tem. Isso é a era das máquinas, das fábricas. Hoje, nós estamos na era das plataformas, do conhecimento, da conectividade, da tecnologia. Se eu pego o meu celular, posso ter aqui 5% de trabalho físico, de matéria-prima. O que valeu disso aqui? É conhecimento incorporado. O principal fator de produção hoje é o conhecimento. Não é mais a fábrica ou as máquinas. A diferença é que conhecimento é imaterial. Se eu te passo uma ideia, não o meu relógio, mas sim uma ideia, eu continuo com ela. E se você repassa isso para mil pessoas, você também continua com ela e todas as outras pessoas também. O conhecimento, que é o principal fator de

produção e está no centro da economia, pode ser democratizado para todo o planeta. A China, por exemplo, trabalha assim, se chama *CORE: China Open Resources for Education*, ou, Recursos Educacionais Abertos. Se alguém faz uma descoberta em uma universidade chinesa, essa pessoa não sai da universidade para patentear e fazer uma empresa, a fim de esperar que alguém compre. Essa pessoa recebe um bônus e o conhecimento desenvolvido é repassado em rede, para todas as universidades e centros de pesquisa da China. O que um desenvolve enriquece o desenvolvimento dos outros. Então, o conhecimento que hoje está no centro dos processos econômicos pode ser democratizado para todos, de maneira praticamente gratuita. Depois de cobrir o custo do desenvolvimento de uma ideia, se uma pessoa usa ou se 7 bilhões de pessoas usam, não faz diferença, não aumenta o custo. Por isso, o custo marginal é zero. Quer dizer que mais gente na margem usa e o custo é zero. Então, essa é a imensa oportunidade que se abre para uma sociedade colaborativa, centrada no conhecimento. A outra dimensão é, por exemplo, Mark Zuckerberg. Por que eu uso o Facebook para divulgar os meus textos? Porque eu tenho que usar o que os outros usam. Então, as plataformas - e não mais as indústrias - baseadas no conhecimento, se tornam naturalmente monopólios e, a partir daí, cobram o que querem. Aí você vai pensar: "Mas o Facebook é gratuito." Gratuito para quem? Inúmeras empresas em todo o mundo utilizam o Facebook, porque ele atinge bilhões de pessoas e o Facebook cobra das empresas. Para as empresas, esse custo para aparecer no Facebook está previsto nos seus custos. Ou seja, elas colocam isso na planilha de custos e calculam o preço de venda dos seus produtos ou serviços, incluindo o que foi pago para o Facebook. Logo, cada um de nós, sabendo ou não, que está comprando alguma coisa, dos mais diversos tipos, quando está pagando no caixa o produto, uma parcela disso vai para pagar a publicidade que está sendo feita no Facebook. As fortunas do Mark Zuckerberg saem do bolso de cada um de nós. E estamos falando em fortunas que envergonham qualquer um desses bilionários nacionais; por

exemplo, o Alphabet, que está na faixa dos R\$ 2 trilhões, mais do que o PIB do Brasil. Ou seja, de um lado, o fato de que estamos conectados no planeta e que o conhecimento é imaterial, logo, nós podemos gerar um enriquecimento científico e tecnológico de todo o planeta. Por outro lado, estamos nas mãos de grandes plataformas mundiais, o chamado GAFAM - Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft. A China está “caindo de sola” em cima desses grandes grupos. Afinal, estamos no sistema imaterial, no centro de uma rede em que todos devem usar o que os outros usam. Não adianta colocar em outro negócio que as pessoas não acessam, por isso vira monopólio e cobra o que quer. E estão enriquecendo e se achando o máximo. Mas, sistemas como esse, com o tempo, para sair, eles vão virar sistemas públicos de acesso, da mesma maneira que você não paga para andar na rua e a rua tem custos. Se alguém instala um comércio na rua, vai ter custos e lucros e tudo bem, mas para andar na rua, não. Para fazer circular conhecimento, também não. Agora, se uma pessoa aplicar esse conhecimento em um produto especial que ele vai vender, tudo bem. Essa democratização do acesso ao conhecimento, a ruptura do oligopólio das plataformas, é absolutamente fundamental, tão fundamental como em outros tempos, na era em que o essencial era fábrica, era máquina. Marx falava na socialização dos meios de produção. Hoje, o poder está deslocado, está nos grandes intermediários de comunicação e de dinheiro. O que esse livro do Manuel Castells, *Communication power* (O Poder da Comunicação) mostra, é que grande parte da mídia está na mão dos sistemas financeiros. Estão casados.

Ainda falando em tecnologia, o senhor comenta no seu livro que ela “está revolucionando os processos produtivos”. Pensando que conhecimento não deveria ser uma propriedade, como superar a desigualdade de acesso à informação, uma vez que mais de 20% da população brasileira não tem acesso à Internet?

A superação depende das relações de forças. Eu, por exemplo, tenho o meu site que, modestamente, é uma pequena biblioteca de 1.300 títulos - não tem uma coisa que eu não tenha lido -, é uma seleção de coisas muito significativas. Em uma escala radicalmente diferente, existe a Wikipédia. O Jimmy Wales entendeu que milhões de pessoas no mundo gostariam de contribuir, porque fazer uma coisa útil é muito bom. Eu também já contribuí, já corriji coisas na Wikipédia. A quantidade de línguas e de informação organizada e confiável que tem na Wikipédia é absolutamente espantosa. Ela está enriquecendo o planeta com o conhecimento. O MIT norte-americano, principal centro de pesquisa dos Estados Unidos, deu um ataque de realismo há mais de dez anos. Eles decidiram que toda a produção científica, artigos de professores etc. deveriam estar disponíveis on-line, gratuitamente. Chama-se OCW - OpenCourseWare. Eles viram que, em poucos anos, mais de 50 milhões de textos haviam sido baixados, em diversas partes do planeta. Nós temos também todo o movimento do Open Access (acesso aberto). O meu site, por exemplo, está todo em *Creative Commons* - qualquer um pode baixar gratuitamente. Aí a pessoa diz: "O Ladislau é generoso." Nada a ver. Esse meu livro, *A era do capital improdutivo*, está na 11ª reimpressão. Vendeu um monte, está sendo adotado em inúmeras universidades, foi traduzido, publicado na Cambridge College, na Inglaterra e está disponível on-line, gratuitamente. Mas o essencial é que, com a conectividade planetária e o fato de que o conhecimento é o principal fator de produção e que o dinheiro é imaterial, se controlarmos os paraísos fiscais desses grandes grupos especulativos, podemos tornar o dinheiro útil para financiar o que nós precisamos. O caminho está claro. Ou seja, é fundamental reorientar as tecnologias em função das necessidades. Voltemos ao cerne da pergunta, que é o seguinte: e o poder disso? Na minha compreensão, o essencial é termos muito mais gente entendendo as oportunidades. Veja, por que conseguem tirar tanto dinheiro da população através das taxas de juros? Chegar em uma pessoa pobre e tirar vinte reais do bolso dela não é fácil. Mas, um banco que disponibiliza um cartão para seus

18 milhões de clientes, inventa qualquer tarifa administrativa, coisa de 12 reais, ele clica *enter* e reduz em 12 reais a conta de 18 milhões de pessoas. Doze vezes 18 milhões dá uma grana boa. E estão fazendo isso direto. É só ver, por exemplo, quando você paga alguma coisa com cartão. Antigamente, eu passava em uma papelaria e fazia uma compra de 100 reais - do meu bolso eu tiro 100 reais, a papelaria recebe 100 reais. Agora não, eu passo no caixa e a moça pergunta: “Crédito ou débito?” Eu digo crédito. Da minha conta saem 100 reais, mas na papelaria não entram 100 reais, entram 95 reais. A papelaria sabe disso. Isso não tem nada a ver com custo, porque o custo é ridículo, é tudo feito pelo computador. É uma tarifa que eles colocam em cima. A papelaria sabe que vai receber pelo cartão, então vai receber menos. Logo, ela incorpora isso no preço, que sai do meu bolso. Mas sai do meu bolso de maneira indireta, porque eu não deixaria tirar 5 reais do meu bolso, mas aí eu aperto *enter* na maquininha, e foram 5 reais para os bancos e daí para os paraísos fiscais. Ou seja, o sistema de apropriação de excedente mudou e esse é o tema central do livro que eu recomendei, *O capitalismo se desloca*.

Em uma matéria, o senhor comentou sobre o Paulo Freire e suas obras ficarem livremente disponíveis apenas em 2067. Uma alternativa para transformar essa realidade seria por meio do *copyleft* e a ampla distribuição de softwares livres? O senhor acredita que a diminuição do uso de softwares proprietários pode acelerar o processo de acesso ao conhecimento?

Os grandes grupos internacionais estão em guerra contra o livre acesso ao conhecimento. Porque, se o conhecimento pode se espalhar, como faz a Wikipédia, gratuitamente, para todo o mundo, como é que você cobra uma coisa que é de livre acesso? Então, a única maneira deles cobrarem é por dificultar o acesso. Ou então, fazer como fez a Produtora *Brooke*. Ela cobra pela publicidade e você paga através da compra. Ou, ainda, tem uma coisa que você quando entra na Internet, te interrompe e pergunta se você autoriza instalar *cookies*. Esses *cookies* instalam

dentro do seu computador ou do seu celular uma varrida de tudo o que você tem lá dentro. Então, eles vão saber se você está grávida, pelos medicamentos que você compra, vão descobrir a sua conta do banco e vender isso para um conjunto de empresas que vão, por exemplo, variar o preço que você paga para ter acesso à Internet, segundo a capacidade de compra que eles sabem que você tem, e por aí vai. No Plano Mundial, nós temos o TRIPs – *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* –, que é controlado por grandes corporações, e não conseguem cobrar daquilo que é distribuído livremente, então eles têm que colocar pedágio. Não dá para ter um pedágio em uma avenida ou em uma estrada e ter, ao lado, uma estradinha livre. Então, de certa maneira, o que eles buscam é dificultar o acesso ao conhecimento. E isso é muito importante, porque o que a gente conhecia por capitalismo, o capitalista enriquecia mas gerava mais produto, a gente tinha mais acesso. Agora, uma coisa que é de livre acesso, eles colocam pedágio, ou seja, travam. Eles querem empobrecer a humanidade, para poder fazer dinheiro e, assim, gerar um monopólio. Logo, nós pagamos de várias formas, inclusive coisas que aparentemente são gratuitas. Como pode ser gratuita se levanta essa fantástica fortuna? Inclusive, a fortuna número 1 do Brasil é de Eduardo Luiz Saverin, porque ele fazia parte do Facebook. Ele tem um patrimônio pessoal de R\$ 97,5 bilhões. E, já que com 1 bilhão, a pessoa ganha 137 mil ao dia, ele deve estar ganhando cerca de R\$ 20 milhões ao dia, sem produzir nada, simplesmente porque é acionista. De onde vem esses bilhões dele? Do nosso bolso! Porque é cobrado da publicidade e a publicidade está incorporada nos produtos que a gente compra. Ou seja, a forma de apropriação do excedente social, da riqueza que a sociedade produz, foi alterada. Alguém que pega um Uber e paga R\$ 20,00, não vai ter que pagar R\$ 2,00 extras, como parte do serviço. Isso é automático. Quer dizer, dos R\$ 20,00 que foram pagos, R\$ 2,00 foram para os Estados Unidos, para os acionistas, através da Internet. E, com o sistema imaterial do dinheiro e o sistema da coletividade planetária, é possível drenar o dinheiro de Deus e o mundo, qualquer um que tenha

um cartão no bolso, com a tarjinha marrom. Aquela tarjinha marrom é um canudinho, que você não está sabendo, mas se você pegar um Uber no bairro, uma pequena parte desse dinheiro vai bater lá nos grandes caixas. Multiplica isso por bilhões de pessoas no mundo, esses caras estão “lavando a burra”. Para você ter uma ideia, o 1,1% mais rico da população tem 45% da riqueza mundial. Se você acrescenta os 11% seguintes, um total de 12%, dá 85% da riqueza mundial, que está na mão desses 12%. Você pega os 55% da base da sociedade mundial, a totalidade da participação da riqueza deles é 1,3%. Esse negócio não funciona. Gerou-se um sistema de extorsão através de mecanismos financeiros, que é um capital improdutivo e que é o artigo que eu produzi agora, que fala sobre as formas de acumulação. O sistema mudou e aquilo que eu mencionei no começo, que a BlackRock, a Vanguard e a State Street têm ativos que são cinco vezes ou quatro e meio vezes o orçamento dos Estados Unidos, esse é o nível. O sistema mudou. Eles se chamam de “mercados”, mas que mercados?

E tratando de desenvolvimento sustentável, é possível unir sustentabilidade às novas tecnologias e aos avanços científicos?

Do ponto de vista tecnológico, absolutamente sim. Nós sabemos como fazer a mudança da matriz energética, da matriz de transporte, sabemos como sair da “Revolução Verde” para o que nós chamamos hoje de “Agricultura de Precisão”. Nós sabemos como fazer irrigação por gotejamento e assim não desperdiçar água e entupir os campos de química que contaminam tudo. Nós sabemos fazer agricultura orgânica que não destrói os insetos e a biodiversidade. Um, nós sabemos o que fazer, dois, nós temos os recursos. É importante ter como referência: o PIB mundial é de 88 trilhões de dólares, que se produz durante um ano. Se dividir isso pela população - 7,8 bilhões de pessoas -, isso dá o equivalente a 20 mil reais por mês, por família de quatro pessoas. O que a gente produz de bens e serviços no mundo é 20 mil reais por mês, por família de quatro pessoas. Dá para todo mundo viver de

maneira digna e confortável. E eu estou falando da média mundial. Se aplicarmos isso ao Brasil, que tem um PIB de 7,5 trilhões e dividirmos pela população, que é 212 milhões, isso dá 11 mil reais por mês para uma família de quatro pessoas. Dá para todo mundo viver de maneira digna e confortável. É só reduzir um pouco, moderadamente, a desigualdade. Por que não, um pouco de imposto para esses bilionários pagarem? Mas ficam desesperados, falam “Meu Deus! Vou pagar impostos! Vou já fugir para um paraíso fiscal, vou para as Ilhas Virgens Britânicas.” Esse sistema não faz o mínimo sentido. Na realidade, as tecnologias a gente conhece, os recursos nós temos e o roteiro também. O ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, também chamado de Agenda 2030, nos dá todos os caminhos, 17 objetivos, 169 metas, 231 indicadores para medir os resultados. E mais, o Brasil é signatário e praticamente a totalidade dos países do mundo está de acordo. E nós sabemos que estamos indo rapidamente em direção a um muro. Nós estamos indo para um desastre, uma catástrofe ambiental e social. Jeff Bezos, por exemplo, que subiu a 450 quilômetros, dizendo “mamãe, olha como eu tô alto!” está colocando esses bilhões ali, quando nós temos cerca de 900 milhões de pessoas passando fome. Aí dizem que isso é raciocínio de esquerda. Mas que esquerda e direita? É ótimo termos a esquerda porque daí nós somos de direita, e tem opiniões daqui e opiniões dali. Isso é uma questão de decência humana, não uma questão de direita e esquerda. Isso é pilantragem!

No livro *A era do capital improdutivo*, há uma série de tabelas e infográficos que ilustram muito bem essa desigualdade, comparando famílias extremamente ricas com outras que estão na miséria. E eu, que não tenho 0,01% do conhecimento que o professor tem, ao ler isso já fico com raiva. E muitos brasileiros realmente não têm conhecimento financeiro, não sabem, por exemplo, a realidade sobre os enormes juros que são cobrados no País. O senhor concorda que a falta de conhecimento é um dos principais problemas?

Quando você comenta que você tem muito menos conhecimento do que eu, você pode ter, absolutamente, tanta decência quanto eu, tanta atitude moral quanto eu. Porque uma coisa é ter conhecimento, outra coisa é ter a postura de definir em que você vai usar esse conhecimento. Esses bilionários não são burros, só que usam a inteligência de outra maneira. Essa é uma questão de dignidade, de respeito humano, de valores. Isso é muito importante, ter essas duas dimensões. Quando eles dizem, nesse governo, que querem tirar a política das escolas, eles querem que a gente aprenda a fazer contas, a ser um técnico obediente, mas não pensar em para que estamos utilizando essas técnicas. O trabalho do Luyendijk, que fez uma pesquisa junto à City, de Londres, mostra que os caras se entopem de dinheiro fazendo especulação financeira em escala mundial, e ele fala que alguns deles dizem “o mundo é assim, dane-se”, já outros ficam mortificados internamente, porque sabem que é sacanagem o que estão fazendo, ainda outros até se suicidam. Mas, para mim, é muito importante que a população tenha esses sentimentos de valores, mesmo sem entender toda a complexidade das coisas. A gente diz que o Bolsonaro é burro, mas ele não é burro. Ele é inteligente, mas utiliza a inteligência de maneira burra. Ou seja, a dimensão do conhecimento e a dimensão em que você usa o conhecimento são dois níveis importantes de entender.

Um dos pontos que o senhor defende é que a população precisa dos bens comuns e que esse chamado “*bem comum se dará através da construção colaborativa*”. Primeiro, o que seriam bens comuns? E como essa estruturação poderia ocorrer de forma coletiva?

Digamos que, nos países que funcionam, o bem estar das famílias depende, 60% do dinheiro no bolso, para pagar o aluguel, fazer as compras etc. Os outros 40% são bens que a gente chama de consumo coletivo ou de salário indireto. Por exemplo, você precisa de segurança, mas você não compra a delegacia. Os mais ricos compram equipes que ficam apitando na rua. Aqui no Morumbi há equipes que

moram dentro das casas, na casa do fundo, a chamada segurança privada. Mas, no geral, ninguém compra a delegacia, o hospital, a escola, o parque que há no bairro, o rio limpo, enfim. Esses outros 40% são vitais. Por isso, nós precisamos equilibrar a área pública e a privada e articular, que é como funciona na China, no Canadá e na Suécia. Diferentes países, com sistemas políticos diferentes, mas compreendem que sai muito mais barato e é muito mais eficiente assegurar saúde universal para todos, do que ficar vendendo grupos, tentando explorar ao máximo cada cliente. Inclusive, sai muito mais barato e é mais eficiente você ter um sistema global de saúde preventiva do que gastar rios de dinheiro no tratamento de doenças. É importante entender que não basta uma renda básica, é preciso ter também políticas sociais de apoio, como educação, saúde e outras. E tem os bens comuns mais gerais, por exemplo, o ar não pertence a ninguém. A água, a quem pertence? O peixe que está nos oceanos, pertence a quem? Acaba pertencendo aos grandes grupos. No caso da pesca oceânica, pertence a indústrias flutuantes, que não são como essas traineiras aqui na costa. São indústrias flutuantes, que raspam o fundo do mar, liquidam tudo o que aparece, matam tudo e, depois, separam apenas aquilo que dá muito dinheiro, o resto, chamado de *bycatch*, é destruído, jogado fora. O melhor livro sobre esse assunto é o da Elinor Ostrom, *Governando os bens comuns*. E veja que interessante, como isso está no centro do que estamos conversando, que ela, junto com Charlotte Hess, escreveu outro livro, que também está nas minhas resenhas, chamado *Understanding knowledge as a commons* (Entendendo o conhecimento como um bem comum). O conhecimento, portanto, que é o principal fator de produção hoje, é um bem comum. Porque você pode generalizar para o planeta todo, sem custos adicionais. E para que ficar pagando para a Pfizer rios de dinheiro? Eles dizem que a patente é deles. Mas que patente? Essa patente, essa vacina, é baseada em todo o conhecimento que temos do genoma, e isso foi desenvolvido por laboratórios públicos. Tem um livro que ajuda muito a entender esse processo, que se chama *O estado empreendedor*, de Mariana Mazzucato. Está tudo em resenhas,

no meu site, onde eu faço resenhas de ideias-chave, de livros que eu acho importante serem conhecidos no Brasil. Às vezes demora até serem introduzidos aqui, e como eu tenho essa vivência no exterior, trago um pouco dessas coisas. Eu acho que isso ajuda um pouco mais na compreensão e na articulação com as pesquisas internacionais.

Chegando ao fim da nossa conversa, para superar a realidade do endividamento em massa no Brasil, uma das soluções propostas é investir em educação financeira. Mas só isso já é suficiente?

Eu acho isso uma sem-vergonhice. Porque a gente tem que educar os banqueiros, não a população. O governo está propondo que até mil reais as pessoas vão poder pegar um empréstimo na Caixa, pagando 4% ao mês. A população não consegue calcular o quanto isso significa em taxas de juros, porque essa taxa é a/a (ao ano). Apresentar a/m (ao mês) é fraude. Eu posso apresentar ela por semana, que vai ficar mais baixinho ainda. Isso não faz nenhum sentido, no mundo inteiro as taxas de juros são calculadas ao ano. E 4% ao mês é 60% ao ano. Em bancos privados na França, a pessoa vai ao banco, não precisa nem ser cliente, pede um empréstimo de até 20 mil euros - que é bem mais de 100 mil reais -, e obtém esse empréstimo, pagando 3,5% ao ano, e não 60% ao ano. Isso é agiotagem. Na Constituição de 88, no artigo 192, no capítulo que trata do sistema financeiro nacional, está escrito que "o sistema financeiro nacional será estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade". Esse é o objetivo. O dinheiro nos bancos não é dos bancos, é nosso. Eles recebem uma carta-patente para funcionar no País, no quadro dessa definição da Constituição. Ou seja, é uma autorização para eles trabalharem com o dinheiro do público. É uma terceirização de um serviço público. Veja o que estava escrito na Constituição e eles tiraram: "As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não

poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar." A lei não determinou nada, os bancos se juntaram e tiraram esse artigo. Hermes Zaneti escreveu um excelente livro chamado *O complô* e apresenta como o sistema financeiro e os seus agentes políticos sequestraram a economia brasileira, inclusive como os grupos de bancos se juntaram e tiraram esse artigo da Constituição. Sabe o que isso significa? Que no Brasil esses grupos podem fazer agiotagem e é legal. Podem fazer de tudo, mandar dinheiro para paraíso fiscal, fazer o diabo! Quando me dizem que não é ilegal colocar dinheiro em paraíso fiscal, eu penso em quem fez a lei. Legítimo não é. Porque o Ministro da Economia coloca o seu dinheiro lá fora, inventando um nome fictício, *Dreadnoughts*, para esconder dinheiro ali. Ele não é ilegal, não é fora da lei no sentido de banditismo, mas é fora da lei porque a lei não tem acesso a essa informação. Está em outra jurisdição. Essa é a diferença entre legalidade e legitimidade. Na minha convicção, por exemplo, legalmente o Bolsonaro foi eleito. Em termos de legitimidade, não. Porque na contagem de votos, ele foi eleito. Mas o Lula foi preso e por isso não levou a eleição, a Dilma foi tirada. O Lula até hoje não demonstraram nada e não vão demonstrar. Eu conheço o Lula há mais de 30 anos. Ele é um estadista. Não vai se corromper para ter um sítio ou coisa do gênero. Ele é muito mais ambicioso do que isso e é uma pessoa íntegra. Prenderam o Lula sem crimes, sem provas. Tiraram a Dilma sem crime cometido, ou seja, montaram todo um sistema para o Bolsonaro ter mais votos relativamente a um candidato que o Lula indicou de última hora. Um grande homem, Fernando Haddad tem toda a minha admiração. Mas essa eleição, para mim, não foi legítima. O artigo 1 da Constituição diz que "Todo poder emana do povo". Aqui não teve povo, teve tramoia. Então, a distinção do legal e do legítimo é escorregadia porque são justamente esses grupos que fazem as leis. Por que agora está mais legal desmatar a Amazônia? Porque estão liquidando as leis ambientais. Por que agora é legal o que era considerado crime, agiotagem, na Constituição? Porque

tiraram a lei! E volta aquele negócio que foi levantado aqui no começo, a tomada de poder pelos grupos financeiros.

Referências Bibliográficas

CASTELLS, M. **O Poder da Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

DOWNBOR, L. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.